

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados Senhores:  
Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à Sociedade em Geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústria Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia") referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes.

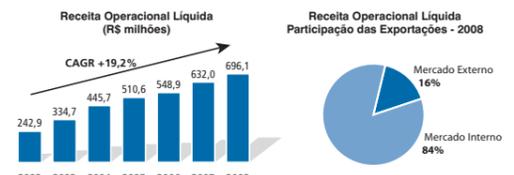
Temos a satisfação de compartilhar com os senhores o desempenho alcançado em 2008, com uma receita líquida de R\$ 696 milhões, a maior da história e um expressivo lucro líquido de R\$ 113 milhões. Entre as principais realizações de 2008, a Companhia seguiu com a estratégia de ampliar a gama de produtos e mercados atendidos pelos produtos Romi. No início de 2008, a Companhia adquiriu, a J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda., passando a atuar no mercado de sopradoras de plástico. Ainda em 2008, a Companhia internacionalizou a Unidade de Negócio Máquinas para Plásticos, com a aquisição dos ativos e das subsidiárias da Sandretto Industrie S.r.l., com sede em Turim, Itália, passando a atuar no seleto grupo de empresas brasileiras com operações nos principais mercados mundiais.

O cenário que se apresenta para 2009 é bastante desafiador, principalmente em razão da crise econômica mundial e da redução da produção industrial, já sentida no último trimestre de 2008. Todavia, convictos que contamos com uma carteira de clientes diversificada, uma equipe de colaboradores altamente qualificada e uma administração que mantém como eixo fundamental a criação de valor, de maneira sustentável, para seus acionistas, clientes, funcionários e parceiros de negócio, nós manteremos nosso foco na estratégia e procuraremos aproveitar todas as oportunidades que 2009 nos oferecer.

**1. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**Recita Operacional**  
A Receita Operacional Líquida consolidada apresentou um crescimento de 10,1%, em comparação a 2007, atingindo R\$ 696 milhões. Este crescimento deve-se, basicamente, ao bom desempenho geral de suas operações e pelo desempenho positivo da atividade industrial no Brasil nos nove primeiros meses de 2008.

Mostrando ser competitiva também no mercado externo, a receita das exportações cresceu de US\$ 42,8 milhões em 2007 para US\$ 57,8 milhões em 2008, um significativo aumento de 35%. Em moeda nacional o crescimento foi de 32% e a participação das exportações na Receita Operacional Líquida representou 16% em 2008, contra 13% em 2007.

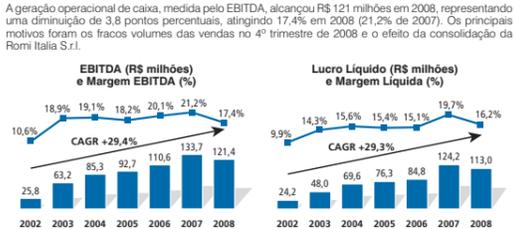


**Margens**

Em 2008, a margem bruta da Companhia apresentou redução em relação a 2007, atingindo 40,2% contra 43,1% em 2007, decorrente da conjuntura cambial e da instabilidade do preço de algumas matérias-primas metálicas, principalmente na divisão de fundidos e usinados.

A margem operacional de 2008 apresentou uma redução de 4,1 pontos percentuais sobre o ano anterior, atingindo 16,0% (20,1% em 2007). Essa redução é resultado dos fatores acima mencionados e, principalmente, da forte redução das vendas ocorrida no último trimestre de 2008, reflexo da crise econômica mundial.

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 121 milhões em 2008, representando uma diminuição de 3,8 pontos percentuais, atingindo 17,4% em 2008 (21,2% de 2007). Os principais motivos foram os fracos volumes das vendas no 4º trimestre de 2008 e o efeito da consolidação da Romi Itália S.r.l.



**2. DESEMPENHO DAS UNIDADES DE NEGÓCIO**

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócio. A Unidade de Negócio Máquinas-Ferramenta, que congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC, Centros de Usinagem e Ferramentas de Precisão Romicon® é a maior unidade de negócio da Companhia, tendo sido responsável por 63,2% da Receita Operacional Líquida, em 2008. A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 40.000 t/ano (50.000 t/ano em 2009) de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 25.000 kg, tendo contribuído com 18,4% da Receita Operacional Líquida de 2008. A unidade de Máquinas para Plásticos, que também correspondeu a 18,4% da Receita Operacional Líquida, fabrica injetoras de plástico com força de fechamento de 4 a 4.000 toneladas, no Brasil, e até 5.500 toneladas, na Itália, e sopradoras de plástico para peças até 100 litros.

**Desempenho das Unidades de Negócio**

Unidades de Negócios	Máquinas-Ferramenta	Máquinas para Plásticos	Fundidos e Usinados	Total
Receita Operacional Líquida (em R\$ mil)	416.790	104.204	110.994	631.988
2007	65,9%	16,5%	17,6%	100,0%
2008	439.924	128.074	128.126	696.124
Participação na ROL %	63,2%	18,4%	18,4%	100,0%
Variação % 2008/2007	5,6%	22,9%	15,4%	10,1%
<b>Volume de Vendas</b>	<b>unidades</b>	<b>unidades</b>	<b>tonelagem</b>	
2007	2.422	381	20.784	
2008	2.330	362	21.436	
Variação % 2008/2007	(3,8%)	(5,0%)	3,1%	

Margem Bruta (%)	Máquinas-Ferramenta	Máquinas para Plásticos	Fundidos e Usinados	Total
2007	46,3%	39,6%	34,0%	43,1%
2008	44,6%	38,1%	26,9%	40,2%

**Margem Operacional Antes do Resultado Financeiro (%)**

2007	21,3%	15,1%	20,2%	20,1%
2008	19,9%	6,1%	12,7%	16,0%

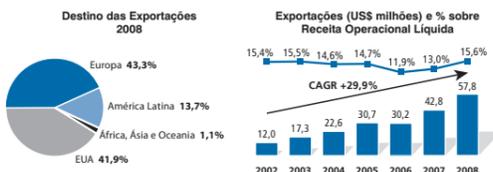
Todas as unidades de negócio tiveram suas margens reduzidas em relação a 2007, decorrente principalmente do impacto da crise econômica mundial, no quarto trimestre de 2008, onde ocorreu uma significativa redução do volume de vendas.

**3. MERCADOS**

As principais vantagens competitivas da Companhia no mercado interno - produtos com tecnologia de ponta, rede própria de distribuição no país, assistência técnica permanente, disponibilização de financiamento atrativo e em moeda local aos seus clientes e curto prazo de entrega dos seus produtos - são reconhecidas pelos clientes, conferindo à marca ROMI® uma tradicional e prestigiosa reputação. Alada a essas vantagens competitivas, a solidez financeira da Companhia também se manteve como um fator importante para a decisão de compra do cliente, principalmente em um ambiente de negócios marcado pela instabilidade econômica mundial.

Os principais clientes da Unidade de Negócio Máquinas-Ferramenta estão no segmento de prestação de serviços de usinagem, automotivo, de bens de capital e entre outros setores industriais. A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados atende, principalmente, clientes dos setores automotivo (leves e comerciais), de equipamentos para geração de energia, de máquinas agrícolas e de bens de capital. A unidade de Máquinas para Plásticos tem seus clientes nos setores automotivo, de embalagens, de utilidades domésticas, de construção civil e de eletroeletrônicos, dentre outros.

No mercado externo as principais regiões onde a Romi vende seus produtos são Europa, com 43,3% (28,1% em 2007), Estados Unidos, com 41,9% da receita de exportação (50,9% em 2007), América Latina, com 13,7% (15,2% em 2007) e África, Ásia e Oceania, com 1,1% (5,8% em 2007). A maior participação da Europa é decorrente da consolidação da Romi Itália, que iniciou as operações em julho de 2008.



**4. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

O montante geral de Juros sobre o Capital Próprio, creditados aos acionistas ao longo de 2008, líquidos de IRRF e imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2008, foi de R\$ 35,5 milhões e corresponde a 31,4% do lucro líquido do exercício.

**5. MERCADO DE CAPITAIS**

As ações ordinárias da Companhia (ROMI) apresentaram desvalorização de 65,7%, durante o ano de 2008 e estavam cotadas a R\$ 7,60, em 30 de dezembro. No mesmo período, o Índice Bovespa apresentou uma variação negativa de 41,2%.

O valor de mercado da Companhia atingiu R\$ 597 milhões ao final do ano de 2008 e o volume médio diário negociado, durante o período, foi de R\$ 2,3 milhões.

Em outubro de 2008, a Companhia iniciou um programa de recompra de ações nos termos do seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº 10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes. O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para o seu acionista, através da aplicação de parte dos seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucro e de capital.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia havia adquirido 2.286.900 ações ao preço médio de R\$ 6,81 por ação, totalizando R\$ 15,5 milhões. Em 2009, foram adquiridas mais 923.800 ações, pelo valor total de R\$ 6,612, ao preço médio de R\$ 7,16 por ação. O total de ações adquiridas até 17 de fevereiro de 2009 é de 3.210.700 ações, pelo valor de R\$ 22,178, ao preço médio de R\$ 6,91 por ação.

**6. ATUAÇÃO SOCIAL**

A Companhia, tendo uma preocupação constante com o alinhamento de todos os colaboradores aos objetivos e estratégia da empresa, dentro de um ambiente ético, de constante desenvolvimento profissional visando e assegurando o bem-estar e a qualidade de vida aos funcionários, proporciona uma série de benefícios. Para tanto, além de investimentos em treinamento, capacitação profissional e meio ambiente, destacamos o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, estruturado em metas de produtividade e rentabilidade, que em 2008 remunerou em média 1,9 salários nominais a cada funcionário.

Além disso, procura, por si ou por meio da Fundação Romi, da qual é mantenedora, fazer investimentos sociais em prol da comunidade, dentro dessa mesma política. Desde 2003, além de destinar a parcela de 1% do imposto de Renda devido, para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), a Companhia adota um programa de incentivo junto aos funcionários, para que estes, também, destinassem a parcela a que tem direito as pessoas físicas. O programa tem apresentado um resultado alagável e, em 2008, foi destinado, pelos funcionários da Companhia, o montante de 157 mil reais, ao FDCA.

**Romi - Dados de Atuação Social - Valores em milhares de reais**

	2008	2007	Variação %
Número de Empregados em 31 de Dezembro	2.896	2.806	3,2%
Folha de Pagamento Total com Encargos	191.644	165.414	15,9%
Impostos e Contribuições Recobrados	154.621	139.940	11,3%
Investimentos em Treinamento	2.722	2.945	(7,6%)
Transporte, Alimentação, Assistência Médica e Odontológica	11.721	9.991	17,3%
Esportes e Recreação dos Funcionários	241	340	(29,1%)
Previdência Privada dos Funcionários	4.999	3.166	57,9%
Meio Ambiente	1.082	1.106	(2,2%)
Programa de Participação nos Lucros e Resultados	15.972	15.933	(12,3%)
Investimentos Sociais	1.660	1.186	40,0%
Doação dos Funcionários - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	157	169	(7,6%)

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais)**

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2008		31/12/2007		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2008		31/12/2007	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	109.915	170.665	135.224	189.010	Financiamentos	12	21.151	29.459	26.375	29.498
Títulos emitidos para negociação	4	-	108.270	103.721	111.512	Financiamentos - Fimame fabricante	13	270.028	192.888	270.028	192.884
Duplicatas a receber	5	57.675	57.639	77.463	62.888	Fornecedores	13	21.218	24.795	31.136	25.193
Valores a receber - repasse Fimame fabricante	6	306.892	223.221	306.892	223.221	Salários e encargos sociais	14	32.045	35.927	33.845	36.934
Partes relacionadas	10	24.214	19.107	-	-	Impostos e contribuições a recolher	15	5.321	7.500	7.357	8.013
Estoques	7	238.045	169.547	285.344	183.044	Adiantamentos de clientes	12	12.813	9.702	14.082	9.702
Impostos e contribuições a recuperar	8	15.089	11.118	17.742	11.537	Dividendos e juros sobre o capital próprio	17	11.552	2.234	11.777	2.375
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 b)	3.243	2.149	3.243	2.149	Participações a pagar	16	4.500	4.400	4.500	4.400
Outros créditos	9	2.884	3.348	7.247	3.479	Outras contas a pagar	4	4.937	4.262	15.404	4.524
<b>Total do circulante</b>		<b>795.889</b>	<b>762.064</b>	<b>886.876</b>	<b>786.840</b>	Provisão para passivo descoberto - controlada	9	614	-	-	-
						Partes relacionadas	10	1.357	549	-	-
						<b>Total do circulante</b>		<b>385.536</b>	<b>311.712</b>	<b>414.144</b>	<b>312.523</b>
						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo:						Exigível a longo prazo:					
Duplicatas a receber	5	1.098	1.149	1.686	1.149	Financiamentos	12	67.939	49.144	68.943	49.306
Valores a receber - repasse Fimame fabricante	6	479.371	409.896	479.371	409.896	Financiamentos - Fimame fabricante	13	453.323	348.710	453.323	348.710
Partes relacionadas	10	12.476	-	-	-	Impostos e contribuições a recolher	15	3.578	1.896	3.578	1.896
Impostos e contribuições a recuperar	8	14.164	5.391	18.245	5.391	Outras contas a pagar	16	2.073	1.659	2.073	1.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 b)	9.488	5.867	9.488	5.867	Deságio em controladas	9	-	-	29.513	4.199
Outros créditos	9	5.102	2.928	5.405	2.928	<b>Total do não circulante</b>		<b>529.075</b>	<b>401.409</b>	<b>567.056</b>	<b>406.770</b>
Investimentos em controladas, incluindo ágio e deságio	9	39.384	24.915	-	-	<b>Participação Minoritária</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.536</b>	<b>1.871</b>
Outros investimentos	11	984	984	3.163	1.935	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>489.973</b>	<b>489.973</b>	<b>489.973</b>	<b>489.973</b>
Imobilizado, líquido	11	229.324	121.500	252.171	127.731	Capital social		489.973	489.973	489.973	489.973
Intangível	9	6.574	6.574	-	-	Reserva de capital		2.052	2.052	2.052	2.052
<b>Total do não circulante</b>		<b>797.965</b>	<b>572.630</b>	<b>776.103</b>	<b>554.897</b>	Ajustes de avaliação patrimonial		(349)	(968)	(349)	(968)
						Reserva de lucros		187.567	130.516	187.567	130.516
						<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>679.243</b>	<b>621.573</b>	<b>679.243</b>	<b>621.573</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.593.854</b>	<b>1.334.694</b>	<b>1.662.979</b>	<b>1.341.737</b>			<b>1.593.854</b>	<b>1.334.694</b>	<b>1.662.979</b>	<b>1.341.737</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação, expresso em reais)**

	Nota explicativa	31/12/2008	Controladora	Consolidado	31/12/2007	Controladora	Consolidado
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>							
Mercado interno		711.555	671.020	728.313	679.099	679.099	679.099
Mercado externo		84.103	84.103	108.312	82.057	82.057	82.057
<b>796.429</b>		<b>795.123</b>	<b>836.625</b>	<b>761.156</b>	<b>761.156</b>	<b>761.156</b>	<b>761.156</b>
Impostos incidentes sobre vendas		(138.230)	(128.832)	(140.501)	(129.168)	(129.168)	(129.168)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>658.199</b>	<b>626.291</b>	<b>696.124</b>	<b>631.988</b>	<b>631.988</b>	<b>631.988</b>
Custos de produtos e serviços vendidos		(400.332)	(365.116)	(416.350)	(359.903)	(359.903)	(359.903)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>257.867</b>	<b>261.175</b>	<b>279.574</b>	<b>272.085</b>	<b>272.085</b>	<b>272.085</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>							
Vendas		(67.565)	(63.264)	(65.927)	(59.786)	(59.786)	(59.786)
Gerais e administrativas		(49.293)	(39.938)	(63.800)	(45.428)	(45.428)	(45.428)
Pesquisa e desenvolvimento		(28.017)	(26.340)	(28.766)	(26.340)	(26.340)	(26.340)
Honorários da administração		(8.149)	(7.915)	(8.276)	(8.025)	(8.025)	(8.025)
Tributárias		(2.759)	(6.428)	(2.913)	(6.742)	(6.742)	(6.742)
Resultado de equivalência patrimonial	9	6.811	7.427	-	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		711	1.031	1.873	1.031	1.031	1.031
<b>Total das despesas operacionais</b>		<b>(148.261)</b>	<b>(135.427)</b>	<b>(168.011)</b>	<b>(145.290)</b>	<b>(145.290)</b>	<b>(145.290)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>109.606</b>	<b>125.748</b>	<b>111.563</b>	<b>126.795</b>	<b>126.795</b>	<b>126.795</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>							
Receita financeira		33.956	29.333	36.950	30.508	30.508	30.508
Despesa financeira	24	(3.746)	(5.061				

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007		31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Fluxo de caixa de atividades operacionais:									
Lucro líquido do exercício	112.953	124.219	112.953	124.219					
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa aplicado nas atividades operacionais:									
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	18 a) 25.769	24.110	28.609	25.543	Salários e encargos sociais	(3.582)	10.058	(3.171)	10.054
Despesa financeira	(1.110)	1.248	6.462	1.429	Impostos e contribuições a recolher	(8.256)	(1.970)	(8.984)	(2.272)
Depreciação	11 14.469	11.570	15.175	11.855	Adiantamentos de clientes	3.111	5.230	4.249	5.074
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos		1.897		480	Outras contas a pagar	(324)	2.023	215	2.303
Ganho na alienação de imobilizado	(449)	(141)	(485)	(103)	Caixa aplicado nas atividades operacionais	(40.882)	(153.512)	(30.461)	(148.416)
Equivalência patrimonial, líquido dos dividendos pagos	(4.945)	(4.861)	-	-	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	(22.725)	(24.427)	(24.797)	(23.357)
Provisão para passivos eventuais, líquida	(3.990)	(1.428)	(3.990)	(1.428)	Juros pagos	(4.457)	(3.091)	(6.953)	(3.293)
Participação minoritária	414	(2.770)	414	(2.770)	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(68.064)	(179.045)	(62.211)	(175.066)
Variação nos ativos operacionais:					Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Títulos mantidos para negociação	67.338	(90.805)	57.791	(95.659)	Aquisição de imobilizado	(122.627)	(27.308)	(123.333)	(27.716)
Duplicatas a receber	10.528	(17.802)	7.863	(16.595)	Venda de imobilizado	783	-	1.041	3.592
Partes relacionadas	(16.475)	(5.060)	-	-	Aquisição de participação em controlada, líquido do saldo de caixa dos investimentos adquiridos	(3.413)	-	(8.676)	-
Valores a receber - repasse Finame fabricante	(153.146)	(202.631)	(153.146)	(202.631)	Aumento de capital em controlada	(10.442)	1.252	(970)	-
Estoque	(64.508)	(7.573)	(72.948)	(11.826)	Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(135.699)	(26.056)	(131.938)	(24.124)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos	(12.744)	(2.782)	(14.685)	(2.791)	Fluxo de caixa de atividades financeiras:				
Outros créditos	(2.574)	(130)	(4.206)	(1.128)	Aumento de caixa com emissão de novas ações	-	229.973	-	229.973
Variação nos passivos operacionais:					Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(30.918)	(120.520)	(30.834)	(121.368)
Fornecedores	(6.809)	7.416	(5.355)	7.275	Novos empréstimos e financiamentos	(40.473)	58.765	41.682	58.984
Partes relacionadas	1.851	(1.823)	-	-	Pagamentos de financiamentos	(32.733)	(10.592)	(38.134)	(10.658)
					Novos financiamentos - Finame fabricante	13	398.905	327.342	327.342
					Novos empréstimos - Finame fabricante	13	(217.148)	(167.142)	(167.142)
					Acquisição de ações de emissão própria	17	(15.566)	-	(15.566)
					Caixa gerado nas atividades financeiras	143.013	317.826	138.915	317.131
					Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(60.750)	112.725	(55.234)	117.941
					Variação cambial sobre o saldo de caixa das subsidiárias no exterior	-	-	1.448	-
					Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	170.665	57.940	189.010	71.069
					Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	109.915	170.665	135.224	189.010

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

**1. INFORMAÇÕES GERAIS:** A Indústrias Romi S.A. ("Companhia"), listada no Novo Mercado desde 23 de março de 2007, tem por objeto a indústria e o comércio de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral, e de equipamentos para informática e seus periféricos; análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos, a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; a exportação e a importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por onze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo e dois na região de Turin na Itália. A Companhia possui, ainda, participação em controladas no Brasil e no exterior, conforme descrito na Nota 3.

**2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras da Companhia e consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia e de suas controladas e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As modificações que afetam a Companhia e suas controladas podem ser resumidas como segue:

- Modificação na apresentação das demonstrações financeiras;
- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores;
- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registra os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade;
- Requerimentos que as aplicações em instrumentos financeiros, sejam registradas (i) pelo seu valor de mercado ou pelo equivalente, quando se tratarem de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações a serem mantidas até o seu vencimento;
- Alteração de prática contábil, resultando em efeitos às demonstrações financeiras:

- Eliminação do ativo "Juros a receber diferido", cujo valor foi alocado ao ativo imobilizado e intangível, quando qualificáveis, sendo que as despesas pré-operacionais, administrativas e de treinamento passam a ser alocadas diretamente ao resultado do exercício, quando incorridas;
- Criação de novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de efeitos decorrentes de variação de taxas de câmbio em investimentos e conversão de demonstrações financeiras;
- Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível, com o objetivo de assegurar que a perda por não recuperação desses ativos seja registrada com o resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a esses ativos, quando aplicável. As entidades que não apresentarem evidências de que serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos;
- Reclassificação dos gastos com emissão de ações ocorridos em 2007, do resultado do exercício para a conta de capital social, como redutora dos recursos obtidos com a emissão das ações;
- Desaparecimento do agrupamento de contas do balanço patrimonial "Resultados de exercícios anteriores" por força da nova legislação nº 449/08, sendo que essas contas, se efetivamente classificáveis de forma correta, conforme legislação anterior, serão alocadas no passivo não-circulante;
- A reserva de reavaliação registrada no imobilizado da Companhia e suas controladas em anos anteriores foi revertida em 1º de janeiro de 2008 e, portanto, seus efeitos nos saldos patrimoniais e na demonstração do resultado do exercício de 2007, apresentada para fins comparativos, foram eliminados; Não segregação dos resultados operacionais e não operacionais. As entidades deverão apresentar as "outras receitas/despesas" no grupo operacional e não após a linha do "lucro operacional";
- A Administração da Companhia e de suas controladas avaliarão os impactos decorrentes da introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo e concluiu que não existem efeitos a serem registrados nas demonstrações financeiras para as rubricas de "Duplicatas a receber de clientes", "Fornecedores", "Estoques" e nas respectivas contas de contra partida "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", que possuem efeitos significativos de descontos a valor presente, já era prática da Companhia calcular e registrar esses efeitos, portanto, não houve impacto.

Os efeitos contábeis registrados no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2006, como ajustes de exercícios anteriores, bem como os efeitos ao lucro líquido e patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, ajustados para fins de comparação, são como segue:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	2006	2007	2006	2007
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2007	341.301	650.389	108.966	
Ajustes:				
Reserva de reavaliação líquido do efeito tributário	(30.405)	(28.816)	1.589	
Reclassificação gastos com OPA - Oferta pública de ações	-	-	12.963	
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	701	
<b>Total</b>	<b>(30.405)</b>	<b>(28.816)</b>	<b>16.253</b>	
Saldo ajustado em 31 de dezembro de 2006	310.896	621.573	125.219	

c) Outras alterações nas práticas contábeis, sem efeitos nas operações correntes da Companhia e de suas controladas foram:

- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle dos bens;
- Registro contábil dos custos relacionados a remuneração baseada em ações, concedidas aos executivos da Companhia por meio de Plano de Opção de Compra de Ações.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 são as seguintes:

**2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** As informações referentes às controladas incluídas na consolidação são mensuradas usando-se a moeda do país em que a entidade opera (a moeda funcional). A Companhia define a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias analisando:

- Que mais influência os preços de bens e serviços (geralmente, será a moeda na qual o preço de venda de seus produtos e serviços está expresso e acertado);
- Do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos ou serviços;
- Que mais influência não-de-cobra, material e outros custos para o fornecimento de produtos ou serviços (geralmente, será a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados);
- Na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras (ex., emissão de títulos de dívida ou ações); e
- Na qual são normalmente acumulados valores recebidos de atividades operacionais.

Os seguintes fatores adicionais também foram considerados na determinação da moeda funcional da entidade no exterior:

- Se as atividades da entidade no exterior são desenvolvidas como uma extensão da Companhia e não com um grau significativo de autonomia. Um exemplo da extensão é quando uma entidade no exterior que vende somente produtos importados da Companhia e remete para esta o resultado das transações. Um exemplo de uma entidade no exterior autônoma é quando esta acumula caixa e outros itens monetários, incorre em despesas, gera receitas e obtém empréstimos, todos substancialmente na moeda local do país onde ela opera;
- Se as transações com a Companhia são uma proporção alta ou baixa das atividades da entidade no exterior;
- Se fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior afetam diretamente os fluxos de caixa da Companhia e se estão prontamente disponíveis para remessa para esta; e
- Se fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior são suficientes para cobrir dívidas existentes e esperadas sem necessidade de aporte de recursos pela Companhia.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia, e as conversões são efetuadas de acordo com os critérios abaixo descritos:

- Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, no encerramento das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme abaixo:

- Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponderá ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido durante o período corrente serão convertidas pela taxa de suas respectivas datas;
- As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

**2.2. Ativos financeiros:** Investimentos são reconhecidos e baixados na data da transação onde a compra ou venda de um investimento está sob um contrato cujos termos requerem entrega do investimento dentro de um cronograma estabelecido pelo mercado ao qual pertence, e são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos transacionais, exceto pelos ativos financeiros avaliados ao valor justo através de lucros ou perdas, os quais são inicialmente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros ou perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

**Método dos juros efetivos**

O método dos juros efetivos é um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, onde apropriado, por um período menor.

**Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas**

Ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros ou perdas quando os ativos financeiros são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros ou perdas quando adquiridos. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- Ele é adquirido principalmente para o propósito de venda em um futuro próximo;
- Ele é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; ou
- Ele é um derivativo que não é designado e é efetivo como instrumento de hedge.

Um ativo financeiro não se qualifica para negociação se designado ao valor justo através de lucros ou perdas no reconhecimento inicial quando:

- Esta designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência que surgida em sua mensuração ou reconhecimento;
- O ativo financeiro for parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, cujo desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimento documentado pela Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia sejam fornecidas internamente com a mesma base;

- Ele formar parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos são incorporados aos dividendos ou juros recebidos pelo ativo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na Nota 21.

A Companhia tem ativos financeiros mantidos para negociação. Não designou nenhum ativo financeiro ao valor justo através de lucros e perdas.

A Companhia considera as seguintes classes de ativos e passivos financeiros como parte da categoria de empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber, empréstimos, financiamentos - Finame fabricante, valores a receber - repasse Finame Fabricante e outros recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros que possuem pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"). Receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

**Empréstimos e recebíveis ("impairment")**

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através dos lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de "impairment" na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

Evidência objetiva de impairment potencial inclui:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; ou
- Quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para certas categorias de ativos financeiros como contas a receber de clientes e valores a receber - repasse Finame Fabricante, a provisão para perda de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Para as outras categorias de ativos financeiros, a provisão para perda de liquidação duvidosa é calculada com base na análise do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor do impairment corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por "impairment" para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, caso em que o valor é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. Quando a perda por "impairment" ocorre, ela é baixada contra a conta de provisão para perdas de liquidação duvidosa. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas em lucros ou perdas.

Para os ativos financeiros incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis, se em um período subsequente o montante da perda com "impairment" diminuir e o decréscimo pode ser objetivamente relacionado ao reconhecimento do impairment, a perda com "impairment" reconhecido anteriormente é revertida através de lucros ou perdas limitado ao que teria sido o valor do custo amortizado se o impairment não tivesse sido reconhecido.

Com relação às ações classificadas como disponíveis para venda, perdas com "impairment" anteriormente reconhecidas não são revertidas até que o ativo seja vendido. Quando o "impairment" é revertido, o aumento no valor justo subsequente ao reconhecimento da perda com "impairment" são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

**Des-reconhecimento de ativos financeiros**

A Companhia des-reconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo financeiro são transferidos para a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transferir nem substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que teria que pagar. Se a Companhia retém todos os riscos e retornos sobre o ativo transferido, a Companhia reconhece o ativo financeiro e um respectivo passivo com base nos montantes que teria que pagar. Se a Companhia reconhece o ativo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

**2.3. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio ("capital social") emitidos pela Companhia**

**Classificação como passivos financeiros e de capital social**

Os instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como capital social de acordo com a natureza do acordo contratual.

**Instrumentos de patrimônio líquido**

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade após deduzir todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos por uma entidade são classificados como instrumentos de dívida ou como instrumentos de patrimônio líquido dependendo dos custos diretos de emissão.

**Passivos de garantias financeiras contratuais**

Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados inicialmente pelo valor justo e são mensurados subsequentemente pelo maior entre:

- O montante da obrigação do contrato; e
- O montante inicialmente reconhecido deduzido, quando aplicável, pela amortização acumulada e recuperação de acordo com a prática contábil para reconhecimento de receita definida.

**Passivos financeiros**

Passivos financeiros são classificados pelo valor justo através de lucros ou perdas ou como outros passivos dependendo do propósito de negociação quando:

- Ele for incorrido principalmente com propósito de recompra em futuro próximo;
- Ele for parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra conjuntamente e que tenha um padrão recente de lucros no curto prazo; ou
- Ele for um derivativo que não é designado e é efetivo como instrumento de hedge efetivo.

Se o propósito de negociação não é reconhecido, o instrumento de dívida ou passivo financeiro podem ser designados como ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que poderia surgir;
- O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou de passivos, o qual a administração seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a Administração de risco documentada ou estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre este grupo de ativos seja fornecida nesta base internamente; ou
- Ele formar parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em lucros ou perdas. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos em lucros ou perdas incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme Nota 21.

**Outros passivos financeiros**

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento efetivo. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo financeiro através de pagamentos fixos ou determináveis durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando aplicável, por um período menor.

A Companhia des-reconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, suas obrigações são liquidadas antecipadamente por vendas.

**2.4. Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos o custo estimado para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia reconhece o custo residual do imobilizado ou reconhecidas como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.8).

**2.5. Provisão para recuperação dos ativos de vida longa:** A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Os testes são feitos para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e determinar o tamanho dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Os testes são feitos para determinar se o ativo tem ou não menos os custos da alienação ou o valor de uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto anterior à tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente do tempo, valor do dinheiro e riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

O montante recuperável do ativo (ou unidade geradora de caixa) é calculado para ser menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por "impairment" é reconhecida imediatamente no resultado, a não ser que o ativo em questão esteja registrado ao valor reavaliado, caso em que ela é tratada como uma diminuição da revalorização. O valor recuperável pode aumentar no futuro requerendo um estorno da perda por "impairment" reconhecida no passado. Quando a perda por "impairment" é revertida subsequentemente, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por "impairment" tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

**2.6. Investimentos e intangível:** Os investimentos relevantes em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia.

O preço que exceder os valores justos ou de mercado desses ativos é tratado contabilmente como ágio por excesso de rentabilidade futura ("goodwill") e é apresentado na rubrica "Intangíveis".

O designio representativo e excesso do valor patrimonial da controlada sobre o seu custo de aquisição. Está fundamentado por outras razões econômicas e, portanto, não é amortizado, sendo sua baixa, somente quando da alienação ou perecimento da controlada. No balanço patrimonial da controlada, esse valor é apresentado na rubrica "Investimentos" e no balanço consolidado está classificado no passivo não-circulante, na rubrica "Desajuste em controladas".

**2.7. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma do tributo a pagar e do diferido.

**2.8.1. Imposto corrente:** O tributo a pagar está baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável do exercício é determinado com base no lucro líquido ajustado para os efeitos das despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O passivo para imposto corrente é apurado com base nas alíquotas em vigor na data do balanço.

**2.8.2. Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido nas diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e nas bases de cálculo correspondentes usadas na apuração do lucro tributável e é contabilizado pelo método do passivo no balanço patrimonial. O passivo fiscal diferido é geralmente reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis e o ativo fiscal diferido é geralmente reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que o lucro tributável, contra o qual tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, estará disponível.

O passivo fiscal diferido é reconhecido para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão da diferença temporária e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. O ativo fiscal diferido oriundo de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos somente será reconhecido quando for provável que haverá lucro tributável suficiente contra o qual serão utilizados os benefícios das diferenças temporárias e quando for provável sua reversão em um futuro previsível. Valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e reduzido quando não for mais provável que o lucro tributável estará disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às alíquotas aplicadas no período no qual o passivo foi liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas (e na legislação tributária) em vigor na data do balanço. A mensuração dos passivos e ativos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da maneira na qual a Companhia espera, na data de divulgação, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal circulante com o passivo fiscal circulante e quando eles estão relacionados ao imposto de renda incidente pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais circulantes.

**2.8.3. Impostos correntes e diferidos do exercício:** Impostos correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens creditados ou debitados diretamente do capital, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

**2.9. Benefícios a empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria, assistência médica, odontológica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas nas Notas 14 e 19.

O plano de aposentadoria pós-emprego se caracteriza na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem qualquer obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

Os planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados da Companhia.

**2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

**2.11. Juros sobre o capital próprio:** Os juros sobre capital próprio foram tratados como uma renda antecipada, em vez de juros, pois a natureza dos juros tem a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros foi calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Companhia, usando a taxa de juros a longo prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal, foi limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros retidos antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95 foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda, o imposto retido na fonte calculado à alíquota de 15%, devido na época do pagamento ou do registro do respectivo valor da remuneração.

**2.12. Reconhecimento de receita de vendas de produtos:** A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber. Adicionalmente, a receita é reduzida por impostos indiretos de venda, devoluções, abatimentos e outras provisões similares de clientes.

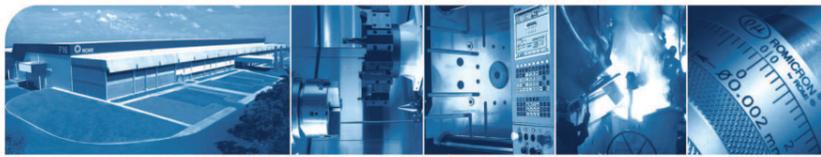
A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfetas:

- A Companhia transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não possui o envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre os produtos vendidos;
- O valor da receita pode ser calculado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação passem para a entidade; e
- Os custos incorridos ou que incorrerão relacionados à transação podem ser calculados com confiabilidade.

Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda.

**2.13. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando, um evento passado gerou uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos, e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data do encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e inc


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Romi Itália		Rominer		Romi Machine Tools	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
<b>Ativo</b>						
Circulante	57.348	34.044	22.895	19.606	18.185	18.185
Não circulante	20.317	6.461	6.624	522	368	368
<b>Total do ativo</b>	<b>77.665</b>	<b>40.505</b>	<b>29.519</b>	<b>20.128</b>	<b>18.553</b>	<b>18.553</b>
<b>Passivo</b>						
Circulante	28.111	3.922	2.523	19.788	17.142	17.142
Não circulante	45.512	-	-	158	162	162
Patrimônio líquido	4.042	36.583	26.996	182	1.249	1.249
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>77.665</b>	<b>40.505</b>	<b>29.519</b>	<b>20.128</b>	<b>18.553</b>	<b>18.553</b>
Recicla operacional líquida dos impostos	16.631	15.504	10.156	16.051	16.781	16.781
Lucro bruto	7.100	15.504	10.156	2.144	2.785	2.785
Lucro (prejuízo) operacional	(4.727)	15.316	9.453	(1.150)	(414)	(414)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(4.727)	15.316	9.453	(1.150)	(414)	(414)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.034)	12.783	8.020	(1.150)	(414)	(414)

(f) O balanço patrimonial e a demonstração do resultado, desde a data da aquisição em 24 de julho de 2008 até 31 de dezembro de 2008, estão sendo apresentados consolidados.

As informações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 das controladas localizadas no exterior, preparadas nas mesmas datas bases das informações financeiras da controladora, foram adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, quando aplicável, e convertidas para Reais utilizando-se os critérios mencionados na Nota 2.1.

Na consolidação, foram eliminados os saldos e transações entre as empresas, através dos seguintes principais procedimentos:

- Eliminação de saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas;
- Quando significativos, eliminados os lucros contidos nos estoques decorrentes de operações entre as Companhias;
- Eliminação dos saldos de investimentos da controladora com os saldos de capital, de reservas e lucros (prejuízos) acumulados das Companhias controladas;
- Eliminação de saldos de receitas, custos e despesas, decorrentes de negócios entre as Companhias; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Caixa	9.461	14.810	15.635	16.174
Certificado de depósito bancário ("CDB")	70.245	32.598	75.891	40.006
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures	30.209	18.814	39.242	22.851
LFT - Letra financeira do tesouro	1.531	-	2.818	5.379
FIC - Fundo de investimento cola - multimercado	-	102.890	-	102.890
Outros	-	22	1.638	1.210
<b>Total caixa e equivalentes de caixa (a)</b>	<b>109.915</b>	<b>170.665</b>	<b>135.224</b>	<b>189.010</b>
Certificado de depósito bancário ("CDB")	37.932	49.991	46.055	49.991
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures	-	-	7.666	61.921
<b>Total de títulos mantidos para negociação (b)</b>	<b>37.932</b>	<b>49.991</b>	<b>53.721</b>	<b>111.512</b>

(a) As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros. Esses ativos possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

(b) As aplicações financeiras registradas como títulos mantidos para negociação são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros. Esses ativos possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com carência de até 120 dias.

**5. DUPLICATAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
<b>Circulante</b>				
Clientes no país	37.775	44.182	38.168	44.182
Clientes no exterior	24.680	16.432	24.075	21.681
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.652)	(1.619)	(2.652)	(1.619)
Sancos refinanciados e outros	(2.128)	(1.356)	(2.128)	(1.356)
<b>Não circulante</b>				
Clientes no país	645	889	1.233	889
Clientes no exterior	2.467	1.247	2.467	1.247
Sancos refinanciados e outros	(2.014)	(987)	(2.014)	(987)
<b>Total</b>	<b>1.098</b>	<b>1.149</b>	<b>1.686</b>	<b>1.149</b>

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor justo das contas a receber mencionadas acima.

O prazo médio de recebimento das vendas é de aproximadamente 60 dias.

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela Administração, como segue: (i) montantes de até R\$ 5, vencidos acima de 180 dias; (ii) montantes entre R\$ 6 e R\$ 30 (sem cobrança judicial) vencidos acima de 360 dias e (iii) montantes acima de R\$ 30 (com cobrança judicial) vencidos acima de 360 dias. Para todas essas situações, são provisionados os montantes integrais dos débitos em atraso.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 11.983 em 2007) em operações de Vendedor com seus clientes. Nessas operações a Companhia figura como solidária responsável. Caso haja inadimplência por parte do cliente, a Companhia arca com o pagamento à instituição financeira, mediante sub-rogação da garantia do bem alienado ao agente financeiro. O saldo de duplicatas a receber é apresentado líquido das operações de Vendedor.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no país em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	2008		2007	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Valores a vencer	22.261	36.226	19.983	16.012
<b>Vencidos</b>				
De 1 a 30 dias	2.139	4.756	2.214	3.742
De 31 a 60 dias	54	424	18	900
De 61 a 90 dias	61	664	-	619
De 91 a 180 dias	29	1.173	190	381
De 181 a 360 dias	136	482	27	27
Mais de 360 dias	-	350	-	-
<b>Total vencido</b>	<b>2.419</b>	<b>7.849</b>	<b>2.449</b>	<b>5.669</b>
<b>Total das duplicatas a receber - circulante (Controladora)</b>	<b>24.680</b>	<b>44.075</b>	<b>16.432</b>	<b>21.681</b>
Saldo das controladas	-	-	393	-
<b>Total das duplicatas a receber - circulante (Consolidado)</b>	<b>23.045</b>	<b>19.547</b>	<b>16.825</b>	<b>14.182</b>

O saldo de duplicatas a receber de clientes no exterior em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, controladora e do consolidado, está distribuído conforme segue:

	2008		2007	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Valores a vencer	22.261	36.226	19.983	16.012
<b>Vencidos</b>				
De 1 a 30 dias	2.139	4.756	2.214	3.742
De 31 a 60 dias	54	424	18	900
De 61 a 90 dias	61	664	-	619
De 91 a 180 dias	29	1.173	190	381
De 181 a 360 dias	136	482	27	27
Mais de 360 dias	-	350	-	-
<b>Total vencido</b>	<b>2.419</b>	<b>7.849</b>	<b>2.449</b>	<b>5.669</b>
<b>Total das duplicatas a receber - circulante (Controladora)</b>	<b>24.680</b>	<b>44.075</b>	<b>16.432</b>	<b>21.681</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
<b>Saldo em 01/01/2007</b>	<b>1.397</b>	<b>347</b>
Créditos provisionados no exercício	-	-
Créditos baixados definitivamente da posição	-	(125)
<b>Saldo em 31/12/2007</b>	<b>1.397</b>	<b>1.042</b>
Créditos provisionados no exercício	-	-
Créditos baixados definitivamente da posição	-	(9)
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>2.652</b>	<b>1.619</b>

**6. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
<b>Circulante</b>		
Finame a vencer	279.966	203.726
Finame aguardando liberação	(4.42)	10.551
Finame em atraso	(22.497)	11.944
<b>Não circulante</b>		
Finame aguardando liberação	(a)	26.564
Finame a vencer	(b)	452.807
<b>Total</b>	<b>230.045</b>	<b>169.547</b>

Os valores a receber - repasse Finame fabricante, são provenientes das vendas efetuadas a clientes que serão financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") através da linha de crédito denominada Finame fabricante (vide Nota 13).

Finame fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda, prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4% e 5,8% ao ano acrescido da T.J.P. (taxa de juros de longo prazo), sendo que tais condições de financiamento são estabelecidas pelo BNDES, com base nas características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES, mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições de Circular nº 196 de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interventor do contrato do qual a Companhia é devedora.

A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto de financiamento até a liquidação final da obrigação pelo cliente e o consequente repasse dos recursos ao agente financeiro.

Os valores a receber - repasse Finame fabricante são representados por:

- Finame aguardando liberação: Refere-se a operações de Finame fabricante que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito do respectivo recurso em conta-corrente da Companhia pelo banco agente encontrava-se pendente nas datas das demonstrações financeiras, em função dos prazos normais operacionais do banco agente.
- Finame em atraso: Refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento, considerando as datas das demonstrações financeiras. A Companhia não registrou provisão para eventual perda na realização desse saldo, em função de possuir reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e, portanto acredita que em uma eventual execução dessa garantia real, o montante seria suficiente para cobrir o total devido pelo cliente.

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, os valores a receber - repasse Finame fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2008	2007
Valores a vencer	284.396	211.277
<b>Vencidos</b>		
De 1 a 30 dias	5.536	2.846
De 31 a 60 dias	2.941	1.248
De 61 a 90 dias	2.339	1.082
De 91 a 180 dias	4.249	1.940
De 181 a 360 dias	3.815	2.624
Mais de 360 dias	3.617	2.194
<b>Total vencido</b>	<b>22.497</b>	<b>11.944</b>
<b>Total circulante</b>	<b>262.899</b>	<b>203.726</b>
2009	-	191.434
2010	121.679	151.163
2011	197.769	62.666
2012	109.575	4.633
2013	41.870	-
Após 2013	8.478	-
<b>Total não circulante</b>	<b>479.371</b>	<b>409.896</b>
<b>Total</b>	<b>762.270</b>	<b>613.622</b>

**7. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Produtos acabados	70.806	41.517	100.209	55.014
Produtos em elaboração	91.099	71.404	95.574	71.404
Materia-prima e componentes	84.066	65.273	97.306	65.273
Importações em andamento	7.556	7.739	1.606	1.606
Provisão para realização dos estoques	(15.484)	(10.253)	(15.484)	(10.253)
<b>Total</b>	<b>238.045</b>	<b>165.547</b>	<b>289.311</b>	<b>183.044</b>

A provisão para realização dos estoques refere-se a materiais e componentes de baixa movimentação com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização.

A movimentação da provisão para realização dos estoques e ajuste ao valor realizável líquido, controladora e consolidado, está demonstrada abaixo:

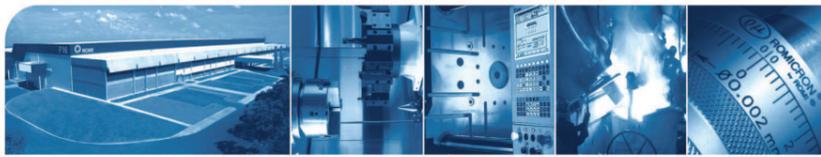
	Controladora e Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
<b>Saldo em 01/01/2007</b>	<b>11.681</b>	<b>11.333</b>
Estoques baixados permanentemente	(8.308)	(6.880)
Constituição da provisão	6.880	10.253
<b>Saldo em 31/12/2007</b>	<b>10.253</b>	<b>(6.102)</b>
Estoques baixados permanentemente	(11.333)	-
Constituição da provisão	11.333	15.484
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>15.484</b>	<b>15.484</b>

**8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
<b>Circulante</b>				
IRRF sobre as aplicações financeiras	699	2.012	1.303	2.012
IPI, PIS e COFINS a recuperar	3.872	3.915	4.025	3.915
ICMS a recuperar	5.540	3.019	5.545	3.019
PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado	4.978	2.172	4.978	2.172
Outros	-	1.891	-	419
<b>Total</b>	<b>15.089</b>	<b>11.118</b>	<b>17.742</b>	<b>11.537</b>

**9. INVESTIMENTOS E INTANGÍVEL**

	Romi Itália S.r.l.		Romi Europa		Romi Rominer		Romi Machine Tools		Intercean		Favel		JAC		Total	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Número de ações/quotas representativas do capital social	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)
Participação no capital social	92%	100%	93,0711%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido da controlada	4.042	3.235	36.584	182	22	2.376	24	1.509	24	1.509	24	1.509	24	1.509	24	1.509
Saldo inicial do investimento	(1.309)	1.280	-	83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição cambial sobre investimentos no exterior	9.659	783	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	(2.974)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados	-	-														



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

12. FINANCIAMENTOS	Circulante		Não Circulante		2008		2007	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	Vencimento	Amortização	Encargos financeiros	Garantias
Capital de giro - moeda estrangeira:								
Financiamentos de importação - US\$	-	14.906	-	-	04/06/2008	Annual	Juros de 0,25% a 0,80% ao ano + LIBOR + variação cambial	Nota promissória/aval
Financiamentos de exportação - US\$	6.197	4.859	5.842	13.285	09/02/2010	Semestral	0,80% ao ano + LIBOR + variação cambial	Nota promissória/aval
Capital de giro - moeda nacional								
Imobilizado - moeda nacional	10.185	1.557	54.910	27.672	15/09/2014	Mensal a partir de 21/09/2007	Juros de 2,5% ao ano + TJLP, pagos mensalmente juntos da amortização do principal	Aval da Rominor no montante de R\$ 3.232
FINAME diversos	4.769	4.489	7.188	8.187	15/05/2013	Mensal	Juros de 1,3% a 12,5% ao ano + TJLP, pagos mensalmente juntos da amortização do principal	Alienação fiduciária de máquinas no montante contábil de R\$ 60.959 e hipoteca de imóveis, terrenos UF11/14/15/16
<b>Controladora</b>	<b>21.151</b>	<b>29.459</b>	<b>67.939</b>	<b>49.144</b>				
Romi Machine Tools, Ltd. - capital de giro - US\$	56	39	158	162	30/06/2012	Semestral	Juros de 6,31% a 6,39% ao ano + variação cambial	Nota promissória/aval
JAC - Finame R\$	245	-	588	-	17/05/2012	Mensal	Juros de 1,3% a 12,5% ao ano + TJLP, pagos mensalmente juntos da amortização do principal	Alienação fiduciária da máquina
Romi Itália - capital de giro - €	4.923	-	258	-	30/06/2009	Annual	Juros de 1,65% ao ano + Libor	Ativo imobilizado
<b>Consolidado</b>	<b>26.375</b>	<b>29.498</b>	<b>68.943</b>	<b>49.306</b>				

A Companhia ofereceu com garantia na contratação de financiamentos em 31 de dezembro de 2008 máquinas e equipamentos no valor contábil de R\$ 60.959 (vide Nota 11). Os vencimentos dos financiamentos registrados no não circulante em 31 de dezembro de 2008, controladora e consolidado, são como segue:

	2008	2007
<b>Controladora</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
2010	21.522	22.526
2011	14.054	14.054
2012	13.388	13.388
2013	12.407	12.407
2014 em diante	6.568	6.568
<b>Total</b>	<b>67.939</b>	<b>68.943</b>

13. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE

	2008	2007
<b>Circulante</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Finame fabricante	270.028	192.884
Finame fabricante	453.323	348.710
Os contratos de financiamento Finame fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controladora Rominor. Os saldos dos Financiamentos - Finame fabricante são diretamente relacionados com os saldos de Valores a receber - repasse Finame fabricante (vide Nota 6), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e aos prazos financiados no programa são integralmente repassados aos clientes financiados, sendo que os recebimentos mensais oriundos da rubrica de "Valores a receber - repasse Finame fabricante" são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamentos vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora desta operação.		
Os financiamentos Finame fabricante obtidos e repassados aos clientes tem prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4% e 5,8% ao ano, acrescidos da TJLP (taxa de juros de longo prazo), sendo que tais condições de financiamento são estabelecidas pelo BNDES, com base nas características do cliente. Os saldos de Financiamentos - Finame fabricante e consequentemente os saldos de Valores a receber - repasse Finame fabricante (vide Nota 6) em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença no montante de R\$ 62.912 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 91.523 em 2007) entre o saldo de Valores a receber - repasse Finame fabricante e o saldo de Financiamentos - Finame fabricante refere-se a duplicatas em atraso, renegociação em andamento por atraso e operações de Finame ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas.		
Os vencimentos do Finame fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2008, controladora e consolidado, são como segue:		
<b>Controladora e Consolidado</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
2010	239.980	141.693
2011	141.693	141.693
2012	57.667	57.667
2013	13.993	13.993
<b>Total</b>	<b>453.323</b>	<b>348.710</b>

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	31/12/2008	31/12/2007
Salários a pagar	3.764	3.288
Provisão para férias e encargos	8.216	11.325
Provisão para o plano de saúde	6.193	6.193
Provisão para participação nos resultados (Lei nº 10.101/2000)	13.016	15.212
<b>Total Controladora</b>	<b>32.045</b>	<b>35.927</b>
Salários a pagar, encargos e provisões de empresas controladas	1.800	7
<b>Total Consolidado</b>	<b>33.845</b>	<b>35.934</b>

Os saldos de impostos e contribuições a recolher registrados nas demonstrações de resultados e serviços prestados, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, em função do centro de custo de referência de cada empregado.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2008	31/12/2007
<b>Circulante</b>	<b>31/12/2008</b>	<b>31/12/2007</b>
COFINS	1.550	3.187
PIS	338	693
ICMS	1.953	2.814
Imposto de renda e contribuição social	1.415	742
Outros impostos e contribuições	65	64
<b>Total</b>	<b>5.321</b>	<b>7.507</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.578</b>	<b>1.896</b>
Outros	3.578	1.896
O saldo de impostos e contribuições a recolher registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2008, controladora e consolidado, tem o vencimento demonstrado a seguir:		
<b>Controladora e Consolidado</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
2010	524	117
2011	952	648
2012	962	465
2013	648	272
2014	465	-
2015	272	-
<b>Total</b>	<b>3.578</b>	<b>1.896</b>

16. PROVISÃO PARA PASSIVOS EVENTUAIS

A Administração da Companhia e Controladas, juntamente com seus assessores jurídicos, classificaram os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

Classificação dos processos - valores em 31 de dezembro de 2008	Controladora e Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Fiscais	3.846	14.153
Cíveis	1.938	202
Trabalhistas	2.590	1.521
<b>Total</b>	<b>8.374</b>	<b>16.876</b>
Depósitos judiciais	895	(13.803)
<b>Total</b>	<b>2.073</b>	<b>1.659</b>

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis pelos assessores jurídicos, a Administração registrou provisão para passivos eventuais, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2008 é demonstrada a seguir:

	31/12/2007	Adições	Utilizações/Reversões	Atualização monetária	31/12/2008
Fiscais	7.683	6.470	-	-	14.153
Cíveis	168	117	(83)	-	202
Trabalhistas	895	1.228	(90)	-	1.521
<b>Total</b>	<b>8.746</b>	<b>7.815</b>	<b>(781)</b>	<b>96</b>	<b>15.876</b>
(c) Depósitos judiciais	(7.087)	(6.716)	-	(13.803)	(7.087)
<b>Total</b>	<b>1.659</b>	<b>1.099</b>	<b>781</b>	<b>96</b>	<b>2.073</b>

As controladas não possuem processos em andamento e não existem riscos contingenciais a considerar nas mesmas, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2008, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda, e que, portanto, tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Processos fiscais: Correspondem a provisão para PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R\$ 2.434 (R\$ 1.280 em 31 de dezembro de 2007) e R\$ 11.213 (R\$ 5.897 em 31 de dezembro de 2007) respectivamente, e INSS sobre serviços prestados por cooperativas no montante de R\$ 506 (R\$ 506 em 31 de dezembro de 2007). A Companhia está depositando judicialmente o PIS e COFINS sobre o ICMS de vendas, montante esse que em 31 de dezembro de 2008 totalizava R\$ 13.803 (R\$ 7.087 em 31 de dezembro de 2007).

b) Processos cíveis: Referem-se a pedidos judiciais de revisões contratuais.

c) Processos trabalhistas: A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: a) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; b) multa de 40% do FGTS anterior às aposentadorias; c) multa de 40% do FGTS sobre os valores dos expurgos dos planos Verão e Color; e d) indenizações por acidentes de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

As causas classificadas como de risco provável, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos acima descritos. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados nas provisões.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2008 é dividido em 78.557.547 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal, todos com o mesmo direito e vantagens.

Emissão de ações: A Companhia, durante o segundo trimestre de 2007, captou recursos no mercado de capitais através de oferta pública de ações, cujo custo de aquisição, representado por comissões pagas às Instituições Financeiras, honorários de advogados, auditores externos, publicações e outras despesas relacionadas, montou em R\$ 12.963. Como principal evento ocorrido e relacionado com a oferta pública de ações, destacamos o aumento de Capital por Oferta Pública - Conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, de 11 de abril de 2007 e de 25 de abril de 2007, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 180.000 e R\$ 62.936, respectivamente, passando o capital social de R\$ 260.000 para R\$ 502.936, mediante a emissão para subscrição pública de 16.195.719 novas ações ordinárias, as quais foram integralizadas em 17 de abril de 2007 e 25 de abril de 2007, respectivamente, no valor de R\$ 15,00 por ação. Como decorrência desses aumentos de capital, em 31 de dezembro de 2007, o capital social da Companhia está representado por 78.557.547 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Efeitos dos novos pronunciamentos contábeis, que possuem efeito em contas do patrimônio líquido: Em função da Deliberação CVM nº 556/08, que aprovou o CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a Companhia reconheceu os gastos com emissão de ações ocorridos em 2007, no montante de R\$ 12.963, do resultado do exercício para a conta de capital social, como redutora dos recursos obtidos com a emissão das ações. Adicionalmente, em decorrência da Deliberação CVM nº 534 que aprovou o CPC 02 Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, a Companhia efetuou a reclassificação do resultado do exercício para a conta destacada no patrimônio líquido denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no montante de R\$ 701. O mesmo procedimento foi efetuado para o exercício de 2006 no montante de R\$ 267.

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	112.953	124.219
(a) Constituição de reserva legal	(5.648)	(5.648)
Lucro passível de distribuição	107.305	118.771
Juros sobre o capital próprio	(40.336)	(42.814)
Constituição de reserva de lucros	66.969	75.957
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	35.451	37.623
<b>Reserva de capital</b>	<b>35.451</b>	<b>37.623</b>

Constitui-se em reservas de incentivo fiscal relacionadas a projetos de desenvolvimento. **Juros sobre capital próprio** A Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 40.336 (R\$ 42.814 em 2007) com retenção de imposto de renda no valor de R\$ 4.885 (R\$ 5.191 em 2007). Os juros compõem os dividendos de cada um dos exercícios apresentados.

20. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos diversos tipos de polícias operacionais, e estão reconhecidas as demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados com a Companhia resolvida liquida-los antecipadamente.

Cobertura	Vigência	Valor da cobertura
Incêndio, vendaval e danos elétricos:		
Edificações	01/01 a 31/12/09	20.375
Máquinas e equipamentos	01/01 a 31/12/09	76.705
Estoques	01/01 a 31/12/09	22.772

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

a) Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa e títulos mantidos para negociação: estão reconhecidas pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento das demonstrações financeiras consolidadas, os quais se aproximam do seu valor de mercado;
- Duplicatas e valores a receber de clientes: estão comentados e apresentados nas Notas 5 e 6; e
- Empréstimos e financiamentos: estão comentados e apresentados nas Notas 12 e 13.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de aquisições e controles, partes relacionadas que estão reconhecidas nas Demonstrações Financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: A Companhia acredita que os principais riscos de mercado são: o risco de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a Libor e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originado por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avança a exposição cambial. A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao euro. Os instrumentos que estão expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, financiamentos de importação e exportação, fornecedores e contratos de mútuo com as controladas situadas nos Estados Unidos e na Europa. A exposição líquida da Companhia, no momento, ao fator de risco de mercado da taxa de câmbio está demonstrada a seguir:

	Valor contábil	Valor de mercado
	2008	2007
Passivos em moeda estrangeira:		
Financiamentos	(21.576)	(35.594)
Fornecedores externos	(5.731)	(4.123)
Contas a pagar (aquisição de controladas)	(14.772)	(14.772)
Ativos em moeda estrangeira:		
Duplicatas a receber	44.075	21.681
Juros	2.056	1.121
Exposição líquida	4.052	(16.915)

O método de mensuração utilizado para o cálculo do valor de mercado de todos os elementos foi o do fluxo de caixa descontado com a taxa referencial Selic, considerando as expectativas de liquidação ou realização dos passivos e ativos e taxas de mercado vigentes nas datas de corte das informações.

Risco de crédito: advém da possibilidade das controladas e da Companhia não receberem valores devidos em operações de vendas ou de créditos de clientes junto a instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as controladas e a Companhia adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de Finame fabricante e exigida garantia real dos clientes.

Risco de liquidez: advém das operações de vendas ou de créditos de clientes junto a instituições financeiras de primeira linha com baixo risco de crédito. Ademais, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Risco relacionado às operações de Finame fabricante: Os passivos relacionados às operações de Finame fabricante possuem como lastro os saldos de Valores a receber - repasse Finame fabricante. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e benchmarks.

Risco relacionado a títulos mantidos para negociação: As aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Risco relacionado às operações de Finame fabricante: Os passivos relacionados às operações de Finame fabricante possuem como lastro os saldos de Valores a receber - repasse Finame fabricante. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Análise sensível de variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis): As flutuações do câmbio podem afetar positivamente ou adversamente decorrente do aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria dólar americano. Em 31 de dezembro de 2008, os clientes denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Estimamos que uma valorização ou desvalorização de 10% na taxa de câmbio da moeda estrangeira em relação à moeda local teria ocasionado uma despesa ou uma receita de R\$ 405. Em 31 de dezembro de 2007, levando em consideração a mesma premissa, uma valorização ou desvalorização de 10% na taxa de câmbio da moeda estrangeira em relação à moeda local teria ocasionado uma receita ou uma despesa de R\$ 1.691.

Análise sensível de variações na taxa de juros (Interest rate sensitivity analysis): Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Em 31 de dezembro de 2008, estimando um aumento ou redução de 10% nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido a receita financeira em R\$ 1.667 (R\$ 1.590 em 31 de dezembro de 2007). Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e financiamentos em aberto.

Análise sensível de variações na taxa de juros (Interest rate sensitivity analysis): Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Em 31 de dezembro de 2008, estimando um aumento ou redução de 10% nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido a receita financeira em R\$ 1.667 (R\$ 1.590 em 31 de dezembro de 2007). Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e financiamentos em aberto.

Análise sensível de variações na taxa de juros (Interest rate sensitivity analysis): Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Em 31 de dezembro de 2008, estimando um aumento ou redução de 10% nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido a receita financeira em R\$ 1.667 (R\$ 1.590 em 31 de dezembro de 2007). Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e financiamentos em aberto.

Análise sensível de variações na taxa de juros (Interest rate sensitivity analysis): Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Em 31 de dezembro de 2008, estimando um aumento ou redução de 10% nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido a receita financeira em R\$ 1.667 (R\$ 1.590 em 31 de dezembro de 2007). Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e financiamentos em aberto.

Análise sensível de variações na taxa de juros (Interest rate sensitivity analysis): Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Em 31 de dezembro de 2008, estimando um aumento ou redução de 10% nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido a receita financeira em R\$ 1.667 (R\$ 1.590 em 31 de dezembro de 2007). Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e financiamentos em aberto.

Análise sensível de variações na taxa de juros (Interest rate sensitivity analysis): Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**23. COMPROMISSOS FUTUROS**

Em 1º de maio de 2007, a Companhia firmou contrato de fornecimento de energia elétrica com a concessionária de serviço público de energia elétrica, Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, para o período de 1º de janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2012, no regime de consumidor livre, sendo o contrato reajustado anualmente pelo índice IGP-M e distribuídos nos seguintes períodos:

Ano de fornecimento	Valor
2009	9.707
2010	10.579
2011	11.574
2012	12.105
<b>Total</b>	<b>43.965</b>

A Administração da Companhia estima que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

**24. RECEITA E DESPESA FINANCEIRA**

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receita Financeira:				
Juros de aplicações financeiras	26.138	20.827	29.265	22.124
Juros de duplicatas a receber	7.818	8.506	7.685	8.384
<b>33.956</b>	<b>29.333</b>	<b>36.950</b>	<b>30.508</b>	
Despesa financeira:				
Juros de financiamento	(3.746)	(4.814)	(5.061)	(5.048)

**25. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**Aquisição de ações de própria emissão**  
Conforme mencionado na nota nº 17, a Companhia está no processo de aquisição das ações de própria emissão. De 1º de janeiro de 2009 até a data de emissão desse relatório, foram adquiridas 923.800 ações, pelo valor total de R\$ 6.612, ao preço médio de R\$ 7,16 por ação. O total de ações adquiridas é de 3.210.700 ações, pelo valor de R\$ 22.178, ao preço médio de R\$ 6,91 por ação.

**26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizada para emissão em 17 de fevereiro de 2009.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Américo Emílio Romi Neto**  
Presidente  
**Carlos Guimarães Chiti**  
Vice-Presidente

**Patrícia Romi Cervone**  
**Pedro Luiz Cerize**  
**Paolo Guglielmo Bellotti**

**Alexander Bialer**  
**Mônica Romi Zanatta**

**CONSELHO FISCAL**

**Roberto de Carvalho Bandiera**

**Antonio Nelson Naime**

**Rodrigo Sancovsky**

**Livaldo Aguiar dos Santos**  
Presidente

**José Carlos Romi**  
**Sergio Roberto Novo**  
**Paulo Romi**  
**Hermes Alberto Lago Filho**  
**Fabio Seabra**

**DIRETORIA**

**Willian dos Reis**  
Vice-Presidente

**Luiz Cassiano R. Rosolen**  
**Diretor de Relações com Investidores**  
Contador - **José Carlos Pantaroto**  
CRC 1SP200388/P-0

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A., tendo procedido ao exame das informações disponibilizadas, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 17 de fevereiro de 2009, e tendo recebido os devidos esclarecimentos por parte da Administração, concluíram nada ter a objetar ou reparar com

relação às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício fiscal de 2008, aprovadas, por unanimidade, em reunião do Conselho de Administração, realizada nesta data.

Santa Bárbara d'Oeste, 17 de fevereiro de 2009.

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Indústrias Romi S.A.

Santa Bárbara d'Oeste - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, da Indústrias Romi S.A. e Controladas ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendemos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústrias Romi S.A., controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC nº 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Campinas, 17 de fevereiro de 2009.  
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Walbert Antonio dos Santos  
Contador  
CRC nº 1 SP 185597/O-4

**Deloitte.**